



Assembleia Municipal de Caminha

**ATA Nº 08/21-25**  
**SESSÃO ORDINÁRIA**  
**2022/09/30**

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, no edifício do Teatro Valadares em Caminha, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

O **Senhor Presidente da Mesa**, antes de dar início à sessão desta Assembleia Municipal, deu posse ao Senhor Deputado José Valdemar Ferreira Vieira.

Às 18H30M, o **Presidente, Manuel Luis Pires Martins**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Joaquim Manuel da Conceição Monteiro Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, substituído por Maria Goreti Martins de Amorim Verde.
- Carla Sofia Cancela Pombal Loução, Presidente da União de Freguesias de Venade e Azevedo, substituída por José Carlos Vieira Fonseca.
- Paula Margarida de Sousa e Almeida, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Vítor José Brás Rocha.
- Cláudia Pinto Ferreira, eleita pela coligação “O Concelho em Primeiro”, foi substituída por Severino Manuel Gomes de Sousa.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, Coligação “O Concelho em Primeiro” e Bloco de Esquerda e os Presidentes das Juntas de Freguesias, num total de 35 elementos.



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

### **1º - Período de Intervenção do Público.**

#### **2º - Período Antes da Ordem do Dia:**

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

#### **3º - Período da Ordem do Dia:**

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25º, e do n.º 4, do art.º 35º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 30 de junho 2022;
- c) – Aprovação do Novo Regimento da Assembleia Municipal de Caminha;
- d) – Concurso Público para Reabilitação da Rede Hidrográfica do Troço Terminal do Rio Coura;
- e) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora no Âmbito da Educação - Transportes Escolares;
- f) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem no Âmbito da Educação - Transportes Escolares;
- g) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém no Âmbito da Educação - Transportes Escolares;



## Assembleia Municipal de Caminha

- h) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo no Âmbito da Educação - Transportes Escolares;
- i) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora no Âmbito da Educação - Transportes Escolares;
- j) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo no Âmbito da Educação - Transportes Escolares;
- k) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesias de Vilar de Mouros no Âmbito da Educação - Transportes Escolares;
- l) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo para Organização das Atividades de Animação e Apoio à Família;
- m) – Aditamento ao Anexo I do Contrato de Cedência de Utilização de Infraestruturas Celebrado entre Município de Caminha e a A.D.A.M.- Águas do Alto Minho, S.A. – Rede Saneamento de Vilar de Mouros;
- n) – Regulamento Municipal do Serviço de Psicologia do Município de Caminha.

Em virtude de as reuniões desta Assembleia Municipal serem gravadas, com o registo áudio colocado junto das atas no sítio institucional na internet e tendo em consideração o facto de que, de acordo com o previsto no artigo 3º, nº 1, alínea a), ponto i), da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprovou o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro, considera-se como 'Documento administrativo' «qualquer conteúdo, ou parte desse conteúdo, que



## Assembleia Municipal de Caminha

esteja na posse ou seja detida em nome dos órgãos e entidades referidas no artigo seguinte, seja o suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, neles se incluindo, designadamente, aqueles relativos a: i) Procedimentos de emissão de atos e regulamentos administrativos».....

### 1.º - PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PUBLICO

Neste ponto, inscreveu-se e usou da palavra o Senhor:

**António Manuel Alves Moreira Brás**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e deu início à sua intervenção desejando muito sucesso ao Senhor Presidente da Câmara Rui Lages e ao Senhor Vereador João Pinto para o desempenho das suas novas funções (...); (...) Disse que durante 12 anos com o apoio de um grupo de ancorense decidiu formar uma equipa de trabalho para se dedicar à Freguesia de Âncora,(...), hoje está ali como munícipe para agradecer ao então Presidente Miguel Alves, pelo trabalho que fez e que se comprometeu fazer com o eleitorado sobre a pertinência de continuar a investir na vertente cultural, como foi por exemplo o evento SonicBlast, que leva o nome da freguesia pelos quatro cantos do mundo.(...);

Falou sobre a organização de espaços, na criação de condições para acolher pessoas e dinamizar o património local que deve ser requalificado e colocado ao usufruto público, como a ponte Ferroviária que se encontra deslocada do seu local original, esta é uma obra da Casa Eiffel, é um marco histórico, é património cultural imaterial, é urgente que se tomem medidas para a sua recuperação.(...); (áudio 15.15 e 29.55 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, (...) e começou por elogiar as palavras do Sr. António Brás, ao considerar a oportunidade da



## Assembleia Municipal de Caminha

mudança do SonicBlast para a freguesia de Âncora e em recuperar o espaço “Mata da Gelfa”, sublinhando que esta foi uma decisão acertada. Disse ainda que este foi um evento que ultrapassou as fronteiras de Âncora, envolvendo todo o Concelho de Caminha.

Por fim, disse que a CDU, irá estar do lado de todos aqueles que querem devolver a ponte ferroviária a Âncora (...). (áudio 30.55 e 36.08 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, agradeceu a intervenção ao Sr.º António Brás, e que a intenção do Bloco de Esquerda é de reunir com os organizadores do festival e moradores que tinham mais proximidade, no intuito de constatar se há alguma coisa a melhorar no futuro (...). (áudio 36.26 e 37.38 minutos da 1.ª gravação). -----

### 2.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

#### a) – Informações da Mesa

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Manuel Luís**, disse que chegaram à mesa três Votos de Pesar, em nome de Valdemar Augusto Pais Patrício, António José Sobral Pereira e Humberto Fernando Maia Lima, subscritos pelo Partidos Socialista, a coligação “O Concelho em Primeiro”, Bloco de Esquerda e CDU, um Voto de Louvor apresentado pela Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora e uma recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda.

De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, leu os três votos de Pesar e propôs um minuto de silêncio e de seguida a sua votação, ficando todos aprovados por unanimidade. (...) (áudio 37.47 e 43.40 minutos da 1.ª gravação). -----



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, e de seguida leu voto de Agradecimento e louvor à Comissão de Festas em honra de Nossa Senhora da Bonança (...) (**áudio 37.47 e 43.40 minutos da 1.ª gravação**). -----

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: ---  
O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que a CDU acompanha na íntegra o Voto de louvor apresentado pela Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, e sublinhou a presença dos jovens que integraram a Comissão de Festas, (...) (**áudio 46.48 e 48.50 minutos da 1.ª gravação**). -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes e disse que (...) o Partido Socialista sempre concordou e apresentou diversos votos de louvor às Comissões de Festas e Mordomias. Não obstante, o voto de louvor apresentado pela digníssima Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, peca, por defeito. Porque ficaram de fora algumas instituições, como a Câmara Municipal que para além do apoio financeiro, prestou todo o apoio logístico e de recursos humanos, pois, desde de sempre apoiou a Comissão de Festas na angariação e fundos com vários espetáculos e arraiais e, no cortejo etnográfico de forma ativa e empenhada com todas as Juntas de Freguesia do Concelho (...).

No entanto, o referido voto de louvor ora apresentado merecerá a concordância do Partido Socialista se o mesmo se fizer expressa a Câmara Municipal e a todas as freguesias do Concelho (...). (**áudio 49.10 e 53.11 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, e disse que vai ao encontro das





## Assembleia Municipal de Caminha

palavras do Senhor Deputado Celestino Ribeiro, porque a participação da juventude nesta Comissão de Festas foi ativa e presente; (...) -----  
(...) Disse ainda que o voto de louvor terá de ser direcionado à Comissão de Festas, porque é importante separar o apoio institucional e o mérito de quem assume organizar as Festas da Senhora da Bonança. (...) (áudio 53.29 e 56.10 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, disse que mantinha o voto de louvor.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, propôs para votação o voto de louvor, o qual foi aprovado com 17 votos a favor e 17 abstenções.

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes e fez declaração de voto e disse que;

A Comissão de Festas merece todo o louvor e, deve ser um exemplo a seguir, por isso, não compreende que não se faça uma simples alteração à redação ali apresentada, acrescentando-se todas as Freguesias do Concelho, ou seja, não deve haver divisão dos Vales, quando se menciona apenas as Freguesias do Vale do Âncora. (...) (áudio 58.45 e 1.00.16 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, fez declaração de voto e disse que;

Este é dos momentos mais tristes que viveu numa Assembleia Municipal.  
A sua abstenção vai ao encontro daquilo que leu no voto de louvor, ao não englobar todas as Freguesias do Concelho. (...) (áudio 1.00.35 e 1.01.52 minutos da 1.ª gravação). -----



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, julgou que o documento contemplava todas as freguesias do Concelho, reconhece o erro, e nesse sentido pede alteração à redação do voto de louvor e que se proceda a nova votação. (...) (áudio 1.03.05 e 1.03.35 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, pergunta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia se concorda com o proposto pela bancada do Partido Socialista, na alteração da redação do voto de louvor, englobando todas as freguesias do Concelho e Câmara Municipal. (...) (áudio 1.04.10 e 1.04.40 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, disse que concorda com a alteração em se englobar todas as freguesias do Concelho, no entanto, não concorda que se englobe a Câmara Municipal porque esta tem o dever de apoiar todas as festividades do Concelho. (...) (áudio 1.04.49 e 1.05.22 minutos da 1.ª gravação). -----

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, propôs nova votação do voto de louvor, o qual foi aprovado por unanimidade.

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, leu a recomendação “Criação da tarifa Social da Água, Saneamento e de Resíduos com Atribuição Automática”. (...) (áudio 1.10.48 e 1.20.10 minutos da 1.ª gravação). -----

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: ----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que a intenção do Bloco de Esquerda é boa, mas, padece de dois erros, cujo erro principal é estar a viver num mundo que não existe, porque a Câmara Municipal de Caminha só tem taxas aprovadas para resíduos sólidos, e tudo que são tarifas de





## Assembleia Municipal de Caminha

disponibilidade, preço por metro cúbico e a correlativa despesa e saneamento é da ADAM. E, naquilo que a Câmara Municipal de Caminha pode agir é numa Assembleia Geral da ADAM, propor esta recomendação, mas, a referida Assembleia Geral é constituída por 7 municípios que detém 49% da sociedade e o restante é das Águas de Portugal (...). (áudio 1.20.45 e 1.23.48 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, começou por ler o parágrafo da recomendação e disse que está dirigida à Câmara Municipal e a CDU entende que esta recomendação não faz sentido, porque a Câmara Municipal de Caminha não tem qualquer tipo de poder relativamente aos tarifários, e mesmo exercendo o seu direito de sócio a sua percentagem é muito diminuta na ADAM, porque no conjunto dos municípios, Caminha detém cerca de 4% (...).-----

Disse ainda que a ADAM pratica a taxa social para consumidores não domésticos, a ADAM já praticou a taxa social para consumidores domésticos, mas, em 2022 interrompeu, logo, seria melhor a Câmara Municipal perguntar à ADAM o porquê desta interrupção (...). (áudio 1.24.17 e 1.27.53 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse que a recomendação ali apresentada pelo Bloco de Esquerda está dirigida à Câmara Municipal, no sentido de ser criada a tarifa social da água (...). -----

Estes são sempre temas sensíveis, porque se fala do dinheiro das famílias, das finanças municipais (...). -----

A tarifa social, apenas "abrange serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais", não referindo a sua aplicação ao serviço de resíduos. Sendo também a gestão de resíduos urbanos um serviço público essencial, a ERSAR recomenda que dever-se-ão aplicar as mesmas regras em



## Assembleia Municipal de Caminha

matéria de tarifa social, em particular no que respeita ao universo de utilizadores elegíveis (...) .-----

Embora o Município de Caminha não tenha ainda aderido à tarifa social dos serviços de água e resíduos prevista no diploma referido, já tem implementado, através da ADAM, o tarifário ara famílias numerosas conforme recomenda a ERSAR, e com o alargamento em 3 metros cúbicos por escalão (...). -----

E, considerando os elementos disponíveis, e sem um estudo prévio que identifique o universo de potenciais beneficiários nos termos legalmente previstos, e não estando avaliado o conseqüente impacto financeiro da isenção e desconto proposto, salvo melhor opinião, não estarão, para já, reunidas as condições para decidir da sua aplicação, uma vez que a presente recomendação não vem acompanhada deste estudo prévio obrigatório (...).-----

Não obstante, e como estamos perante uma Recomendação ao Executivo, votam favoravelmente a Recomendação, por forma a que o Executivo nos possa melhor elucidar sobre os impactos reais da medida e seus verdadeiros beneficiários. (áudio 1.28.13 e 1.32.15 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que as bancadas ali representadas disseram que não faz sentido neste momento esta recomendação. Mas, vem junto da Câmara Municipal indicar que o município trabalhe junto da ADAM trate de diligenciar e insistir pela criação desta Tarifa de Social (...). (áudio 1.32.27 e 1.33.38 minutos da 1.ª gravação). -----

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, propôs para votação a Recomendação, a qual foi aprovada por 24 votos a favor e 11 abstenções.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez declaração de voto e disse que;  
A coligação "O Concelho em Primeiro" tem liberdade de voto nos seus membros; -----

A abstenção da recomendação deve-se ao seguinte;



## Assembleia Municipal de Caminha

Considerando que apesar desta recomendação ser meritória nos seus princípios, que subscrevem na integra, é absolutamente inócua nos resultados, ou seja, só poderia ter resultados nos resíduos sólidos, porque é a única coisa que o Município pode influenciar por todos os motivos já ali explicados, alterando as tarifas e levando ali uma nova tabela de taxas para ser aprovada em Assembleia Municipal (...).(áudio 1.35.23 e 1.36.29 minutos da 1.ª gravação).

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez declaração de voto e disse que;

A CDU considera que esta recomendação no sentido formal não faz sentido, ela consagra princípios com os quais se identificam e o voto a favor é a forma de se afirmarem e de o fazer valer (...).(áudio 1.36.40 e 1.36.58 minutos da 1.ª gravação).-----

### **b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros Assembleia**

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: ----

O **Senhor Deputado Vítor Brás**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, e disse que o Festival SonicBlast regressou para um novo local apazível na praia Duna do Caldeirões, na Mata da Gelfa, Freguesia de Âncora. “Este foi um local acertado”, como se ouvia dizer nas ruas, logo, esta foi uma aposta ganha do anterior executivo da freguesia liderado pelo António Brás, pois é um evento de carácter nacional e internacional...) (áudio 1.40.47 e 1.42.41 minutos da 1.ª gravação).-----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, Carlos Alves**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, e disse que atingiu os objetivos que queriam e a Edição de 2023 acontecerá no final de agosto (...).-----



## Assembleia Municipal de Caminha

Coube à CDU à frente da Junta de Freguesia reerguer o festival em 1996. E, foi esse o marco de visão, de projeção, de determinação, de compromisso da CDU, no que ao Festival de Vilar de Mouros diz respeito. Numa altura em que nem o município de Caminha percebeu a importância de criar outras condições para o festival. (...), com a aquisição de mais de 5 hectares para domínio da freguesia e que hoje oferece condições de espaço únicas para sediar o festival em Vilar de Mouros (...). -----

A Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, reconhece que o caminho que iniciou só, hoje é percorrido em companhia. Uma companhia que tem sido capaz de catapultar o festival, de o dignificar e de dar corpo ao desenho visionário da CDU e da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros. (áudio 1.42.53 e 1.44.44 minutos da 1.ª gravação). -----

**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lanhelas, Adolfo Marrocos**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, e disse que após um ano de ser eleito Presidente da Junta de Freguesia de Lanhelas, o seu dever é de servir e zelar pelo bem estar dos seus concidadãos, e por isso, vem dando nota das ocorrências à Câmara Municipal, para agilizar a melhor forma da sua resolução, como foi o caso da beirada do rio que este ano apresentou uma degradação elevada, e logo após a comunicação desta situação ao Município, a resposta imediata foi, que aquela obra não estava contemplada em orçamento municipal, logo, não havia verba disponível, mas, no início de setembro a Câmara Municipal deu nota que encontrou verba para a realização da obra, junto da APA e que a mesma será realizada até final de 2022. (áudio 1.45.00 e 1.46.46 minutos da 1.ª gravação) ---

**O Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento e questiona o Senhor Presidente da Junta e Lanhelas e o Senhor Presidente da Câmara, porque segundo aquilo que é possível avaliar do Orçamento Municipal



## Assembleia Municipal de Caminha

aprovado este ano em Assembleia Municipal, a referida obra que está dita que tem financiamento e irá ser feita até ao dia 22, não está prevista no orçamento. E, como não houve nenhuma alteração ao Orçamento, pergunta, como o Senhor Presidente de Junta de Lanhelas garante que a obra se vai realizar e que está inscrita em orçamento, e se o Senhor Presidente da Câmara corrobora com esta afirmação (...) (áudio 1.47.00 e 1.47.46 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, disse que o Dr. Miguel Alves “largou a ameixa e fugiu”! Disse ainda que “fugiu sem pedir desculpa às gerações mais novas e às gerações vindouras do nosso Concelho, por isso aproveita este momento, isento de qualquer culpa, para fazê-lo ele, e pede desculpa a toda a população do Concelho de Caminha incluindo todos os jovens e crianças inocentes, porque, existem mulheres e homens nesta sala que, conjuntamente com o Senhor que foi para Lisboa, hipotecaram o futuro com uma monstruosa dívida, no valor de 22 milhões de Euros, que terão de se pagar durante os próximos 30 anos e com tendência a ser aumentada brevemente, para 31 milhões, com mais uma desastrosa e prepotente pretensão que é a de arrendar um Pavilhão(...) . ----- Irão suportar mais uma renda mensal superior a 25 mil euros durante 25 anos o que perfaz mais de 8 milhões de euros, tendo já a Câmara despendido 300 mil euros (...). -----

“E não é demais esclarecer que, ao fim desses anos, o imóvel não reverte para os Caminhenses, a Câmara apenas tem preferência de compra do Pavilhão sem haver qualquer contrapartida pelas obras de beneficiação que vão ocorrer durante o período de arrendamento onde as mesmas vão ser da responsabilidade da Câmara Municipal, ou seja de todos nós” (...). (áudio 1.48.00 e 1.49.33 minutos da 1.ª gravação). -----



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, e pergunta ao executivo em funções; se vai demorar muito tempo para que haja um departamento de higiene e salubridade? Porque as ruas do Concelho estão “asquerosas” cheias de lixo, e isso, é o pior que exista para o ambiente. **(áudio 1.49.49 e 1.52.00 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que conforme já foi dito no comunicado público emitido pelo Bloco de Esquerda, este executivo não tem legitimidade para se constituir, porque, a votação foi em Miguel Alves e desse ponto de vista este executivo não tem legitimidade política, tem legitimidade legal, pelo que, eleições antecipadas seria o caminho a seguir (...). **(áudio 1.52.35 e 1.53.48 minutos da 1.ª gravação).** -----

A **Senhora Presidente da Junta de Freguesias de Argela, Sandra Ranhada**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, e disse que a obra de reconversão da antiga escola primaria de Argela numa incubadora verde para o Concelho entrou na fase final e o empreendedores que vierem a utilizar o espaço contam com apoio científico, uma vez que a Câmara Municipal assinou um protocolo com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo (...).-----

Disse ainda que o passado dia 10 de setembro foi importante para Argela, com a inauguração do Parque Infantil e Fitness de Argela (...). **(áudio 1.54.09 e 1.41.19 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, pergunta ao Senhor Presidente da Câmara se tem conhecimento do estado degradante em que se encontram os contentores do lixo no Concelho de Caminha, e quais as medidas que irá tomar quanto a essa situação, já que é apanágio de V.exas., dizer que o Concelho de Caminha vive do turismo e atrai muita gente, o que não vem dignificar em nada





## Assembleia Municipal de Caminha

o Concelho no estado em que se encontram os contentores do lixo (...). (áudio 1.56.15 e 1.56.59 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que (...) a Câmara Municipal de Caminha usa algumas associações (isto no bom sentido) na parte desportiva, e existem funcionários a trabalhar quase há uma década a exercer as mesmas funções, e quando se executa uma tarefa permanente deve corresponder um emprego permanente, como por exemplo, nas piscinas municipais em que os monitores estão a recibos verdes e durante um período da pandemia estiveram sem receber (...)

A CDU desafia o Senhor Presidente da Câmara e todo o executivo para que tenham em atenção estas situações (...). (áudio 1.57.11 e 1.59.14 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, e perguntou se existe alguma previsão para o término da obra do Mercado de Caminha, uma vez, que se prolonga há bastante tempo o prazo da sua execução. (áudio 1.59.29 e 2.00.04 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado José Valdemar Vieira**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, e disse que, a sua saudação a todos os presentes, já esgotou parte do seu tempo. No entanto, eles foram eleitos democraticamente para dar voz aos munícipes do Concelho e levar ali os seus problemas e este é o momento exato para o fazer, porque se está no período “Antes da ordem do dia”, ora, com o tempo determinado é impossível de o fazer, pelo que deve ser analisada essa situação.

Disse por último que foi aprovado no ultimo mandato a rede viária para a Av.ª de Santana, em Moledo, pergunta como está essa situação. (áudio 2.00.21 e 2.01.16 minutos da 1.ª gravação). -----



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, e disse que foram ali dizer que o Dr.º Miguel Alves, fugiu do Concelho e às suas responsabilidades, porém, lembra o “Concelho em Primeiro”, que existem pessoas que fugiram às suas responsabilidades e não chegaram sequer a tomar posse, como também aconteceu com o governo da república quando o Sr. Dr. Durão Barroso foi para Bruxelas.

Quanto ao hipotecarem o Concelho, os Senhores Deputados estão a esquecer a construção das Piscinas Municipais que vão ser pagas em 33 anos. (...), **(áudio 2.02.02 e 2.03.53 minutos da 1.ª gravação)**. -----

**Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, e disse que muitos foram os temas ali focados e irá tentar dar uma abordagem a todos eles da melhor forma possível.

Disse que foi com enorme gosto que assumiu a presidência da Câmara Municipal de Caminha, pois, será um mandato de continuação, com maior transparência e de proximidade com todos os munícipes.

Disse ainda que é facto público e notório que Dr. Miguel Alves tomou posse como Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro de Portugal, o que para todos enquanto executivo municipal e caminhenses é uma honra se poder contar com um Moledense no Governo da República. E, é pela primeira vez que o Concelho de Caminha tem dois “filhos” a integrar o Governo da República a Secretária de Estado da Habitação, Marina Gonçalves da freguesia de Seixas e Miguel Alves da Freguesia de Moledo. Referiu que a presença de Miguel Alves no Governo da República para uns é visto com o “copo vazio” mas, para ele é visto com o “copo meio cheio”, porque tem confiança e conhece bem o Miguel Alves, sabe que terá sempre no seu pensamento e na sua ação governativa o Concelho de Caminha. (...) -----



## Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente aos dois grandes festivais SonicBlast e Vilar de Mouros, disse que o SonicBlast foi uma aposta ganha e continua no Concelho de Caminha. O Festival de Vilar de Mouros passou por vários períodos conturbados, mas, foi na campanha eleitoral de 2013 que se começou a falar deste como um evento âncora para o Concelho e para a Região Norte. O festival de Vilar de Mouros foi um sucesso e segundo a organização passaram por lá 55 mil pessoas, e já vem apontar uma nova data para 2023. A Câmara irá sempre contar com a Junta de Freguesia, porque, esta foi sempre o pioneiro e “chama acesa” relativamente ao Festival pelo que se congratula e continuarão a trabalhar.

Quanto à encosta de Lanhelas, disse o Senhor Presidente que não está inscrito em orçamento, mas a Câmara Municipal conseguiu o financiamento junto da Agência Portuguesa do Ambiente, para que o mesmo seja reabilitado.

Relativamente à limpeza urbana, disse o Senhor Presidente que ao utilizarem adjetivos como ruas “asquerosas”, não fica bem e não dignifica em nada o Concelho de Caminha. Referiu ainda que tanto a Câmara Municipal como as Juntas de Freguesias procuram fazer sempre o seu melhor. No entanto, na Câmara Municipal existe um pelouro atribuído no que diz respeito a essa matéria a um vereador e está convicto que terá um olhar mais pragmático e assertivo sobre essa matéria. (...) -----

Relativamente à legitimidade política para o exercício deste executivo segundo a intervenção do Senhor Deputado Abílio Cerqueira, disse o Senhor Presidente que quando existe uma votação para um órgão, não é feita nominalmente, votam em um partido ou numa coligação, logo, as regras são claras e legítimas.

Relativamente à intervenção da Senhora Presidente de Junta de Argela, Sandra Ranhada, disse o Senhor Presidente que a Incubadora Verde está pronta, para atrair e fomentar novas empresas, este é um motivo de regozijo para a Freguesia e saúda ainda a Presidente da Junta pelo Parque Infantil que que construiu. (...) -----

Quanto ao Mercado Municipal, disse que é uma obra complexa, a falta de materiais que se tem vindo a sentir, é um fator de atraso para as obras



## Assembleia Municipal de Caminha

públicas, e por isso, não vai arriscar uma data para a sua conclusão. No entanto, está sempre em diálogo com os operadores que estavam no antigo mercado e logo que as obras estejam concluídas serão os primeiros a usufruir das novas instalações. (...) -----

Relativamente à alteração da postura de trânsito na Avenida de Santana em Moledo, disse o Senhor Presidente não foi implementada a postura aprovada e estão a trabalhar no sentido de se encontrar uma melhor solução para aquela via. (...) -----

Relativamente aos protocolos com as Piscinas Municipais, disse o Senhor Presidente que a Câmara Municipal tem um protocolo estabelecido com o Sporting Clube Caminhense, e este clube tem suportado as aulas de natação, e como o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro sabe a Câmara Municipal procura estabelecer protocolos com instituições locais para que estas tenham alguma fonte de rendimento, para que se possam promover e angariar novos atletas para as modalidades que praticam. (...) **áudio 2.04.33 e 2.18.24 minutos da 1.ª gravação**). -----

**O Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, propôs o período de réplica.

**O Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa e disse que o Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora faz parte do grupo político da coligação “O Concelho em Primeiro”, pelo que tem todo o direito de falar. (...) (**áudio 2.19.40 e 2.21.26 minutos da 1.ª gravação**). -----

Neste ponto, inscreveram-se e usou da palavra o Senhor Deputado: -----

**O Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, disse ao Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora que a Senhora Candidata à Junta de Vila Praia de Âncora no dia que tinha de tomar posse, não foi. (...) (**áudio 2.22.09 e 2.23.08 minutos da 1.ª gravação**). -----



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse ao Senhor Presidente da Câmara para que não tenha o seu comentário/critica política como algo pessoal. Ele apenas disse que toda a campanha eleitoral foi em função de pessoa, o Dr. Miguel Alves, e por isso continua a afirmar que do ponto legítimo democrático este executivo não tem legitimidade para continuar a exercer funções. (...) (áudio 2.24.17 e 2.25.56 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse ao Senhor Presidente da Câmara que não respondeu ao desafio lançado pela CDU, no que diz respeito à questão da precariedade. E, no caso em particular a CDU tem vindo a acompanhar o desporto no apoio e dinamismo que a Câmara tem dado, esse trabalho tem-se refletido para bem dos jovens e idosos, e por isso lançaram ali esse desafio, porque todos tem o direito de organizar as suas vidas, e a CDU genuinamente está ali para ajudar a resolver esse problema em conjunto com todo o executivo da Câmara Municipal. (...) (áudio 2.26.29 e 2.29.43 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um requerimento à mesa, e disse que a coligação fez uma proposta para que fosse regulado o trabalho dos senhores jornalista, e para seu espanto, encontra-se ali uma senhora jornalista a tirar apontamentos conforme a lei prevê sentada num banco, pelo que, solicita à mesa para que deixe de favorecer certos órgãos de comunicação social e que dê um tratamento legítimo e igual a ambos os jornalistas que ali estão, mormente à uma senhora que está a ser penalizada pelo facto de não ter as mesmas condições de trabalho que os outros. (...) (áudio 2.30.59 e 2.32.07 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Manuel Luís**, disse em resposta ao Senhor Deputado Jorge Nande que a Senhora Jornalista, não informou a Assembleia Municipal que vinha assistir, como chegou em cima





## Assembleia Municipal de Caminha

do início da sessão. No entanto, vai repor essa situação. (...) (áudio 2.32.10 e 2.32.30 minutos da 1.ª gravação). -----

### 3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): -----

A **Senhora Deputada Renata Monteiro**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, e disse que o Verão de 2022 marcou, finalmente, o regresso a uma certa normalidade há muito tempo ansiada e desejada por tantos. Caminha sempre foi Concelho de se encher, nos Verões, dos que nos escolhem para disfrutar das suas férias e tempos de lazer, nos últimos anos, tem-se revelado um destino a que os de mais longe, mas também os de mais perto, rumam para satisfazer daquilo que não conseguem facilmente encontrar noutros lados, com as diversa ofertas que proporciona em diversos setores, desde eventos e atividades culturais e desportivas, exposições no Museu Municipal de Caminha com um Documentário e Instalação de Arte Contemporânea da Artista Cristina Rodrigues sobre as danças, os rituais, as tradições e as romarias do Concelho. Caminha encanta no Verão e deixa vontade de voltar no resto do ano...) (áudio 2.50.38 e 2.55.55 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, e disse que a educação no nosso Concelho foi alvo do maior investimento de sempre, com uma escola renovada em Caminha, e também com os novos equipamentos em Vila Praia de Âncora,





## Assembleia Municipal de Caminha

o novo edifício da escola básica, o novo edifício da Academia Fernandes Fão e ainda um novo auditório, um investimento de dois milhões de euros.

Disse que todos os alunos têm transporte gratuito do pré-escolar ao 12º ano, são mais de 500 mil euros em transportes escolares, em colaboração com as Juntas de Freguesias, e oferece todo o material escolar a todos os alunos do pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Termina a dizer que a Câmara Municipal fez um investimento na educação que passa por manter e ampliar projetos importantes como o Nautismo, Daltonismo, o Projeto Ethos (terapia importante nos alunos de educação inclusiva), Música no Alto Minho, Eco Escolas, Escola Azul, Praia Limpa Praia Saudável e Teatro nas Escolas...) (áudio 2.56.38 e 3.01.34 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, saúda a qualidade das informações prestadas pelo Senhor Presidente e não aquelas prestadas pelos restantes eleitos.

Disse ainda, no que refere o ponto 2 das informações prestadas, quando se refere especificamente à nova Escola do 1.º Ciclo de Vila Praia de Âncora, existe ali uma falta de rigor nas palavras, quando diz que “tem muitas melhores condições para os alunos do ensino recorrente e articulado”, julga que este é um erro, porque no Concelho de Caminha não se tem ensino recorrente.

Disse ainda que este novo edifício sofre de subdimencionamento, uma das turmas do 1.º Ciclo não pode estar neste novo edifício, no entanto, trás algo de novo com um auditório que tanta falta fazia, pelas suas multiatividades.

Termina com um desafio, se não seria de nomear o novo auditório como “Auditório Ramos Pereira”. E, volta a reafirmar a necessidade urgente da urbanização da EN13 em Vila Praia de Âncora, uma vez que ela se encontra neste momento desclassificada e está no domínio municipal...) (áudio 3.01.52 e 3.06.24 minutos da 1.ª gravação e 00.38 minutos da 2.ª gravação). -----



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse quanto ao registo das entradas de reclamações de dívidas a fornecedores prestadas nas informações o Bloco de Esquerda constatou que existe uma resposta negativa por parte da Secção de Administração, Atas e Expediente, no entanto, julga que seria mais esclarecedor que fosse enviada a esta Assembleia Municipal toda a correspondência trocada entre os mesmos e indicação de reuniões que tenham existido.

Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a instalação e o licenciamento do barco-casa colocado no estuário do Rio Coura, a propósito da falta de ligação à rede de saneamento.

Também perguntou ao executivo se existe algum andamento sobre a atuação nas colónias de gatos silvestres após a reunião que o Bloco de Esquerda teve com a Senhora Vereadora Liliana Ribeiro.

Perguntou quanto à avaliação dos funcionários municipais, se ainda existem atrasos?

Levantou a questão da segurança, designadamente, na falta de sinalização para pessoas com mobilidade reduzida...) (**áudio 01.33 e 07.04 minutos da 2.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que os Deputados da coligação “O Concelho em Primeiro”, estão agradados quando o Senhores Deputados do Partido Socialista ao invés daquilo que tem feito, reconhecem qua as Piscinas Municipais são uma mais valia e vem dignificar aquele espaço...) -----

Disse que o Conselho de Finanças Públicas divulgou o rácio da dívida pública relativa ao Concelho de Caminha e Melgaço são os dois piores do Distrito, referindo ainda que as autarquias locais aumentaram a receita em 11% são decorrentes do aumento de cobrança do IMT, mas todas elas aumentaram a dívida pública no valor de 15 milhões de euros, o que significa que houve um aumento de despesa de 14.6%, o que significa que todas as informações dadas são mentira...) -----



## Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente ao relatório disse que apenas querem saber se existem reclamações ou não...) -----

Disse ainda que quando é atribuído um subsídio a uma instituição devia dar conhecimento do valor atribuído...) -----

Disse que sendo competência da Assembleia Municipal tomar posição sobre posturas de trânsito, pergunta qual a norma jurídica que permita à Câmara ou ao Presidente retificar essas alterações...) -----

Pergunta se vão convocar uma Assembleia Municipal Extraordinária para discutir o Plano de Emergência Municipal...) -----

Quanto ao resumo das dívidas, gostava que fosse entregue sempre da mesma forma...) (áudio 07.18 e 12.26 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, agradeceu as palavras dos Senhores Deputados que ali foram escarpelizar aquela que é a informação da Câmara Municipal...) -----

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Renata Monteiro, disse o Senhor Presidente que o Concelho de Caminha viveu um momento cultural único, viveu-se um período de excelência, todos os eventos organizados pela Câmara Municipal, ou, com o apoio da Câmara Municipal foram eventos que superaram todas as expectativas.

Disse ainda que a Câmara Municipal tem apostado na requalificação do território, como a requalificação do Centro Urbano de Caminha, as obras na Sandia e Vista Alegre...) -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Filipe Fernandes, disse o Senhor Presidente que a educação é a base de tudo, e este executivo ao longo dos anos tem apostado naquilo que é educação, não só no edificado, mas, também naquilo que são materiais de apoio, transporte escolar gratuito...) -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse o Senhor Presidente que na informação escrita enviada houve um lapso de escrita no documento, o qual irá ser retificado. Quanto ao



## Assembleia Municipal de Caminha

subdimencionamento da nova Escola Básica e Academia Fernandes Fão, disse que como todos sabem os dossiers são preparados com muito tempo de antecedência antes da sua execução, e a Câmara executou o projeto mediante os dados fornecidos, no entanto, já foi encontrada uma solução com todas as condições para a turma do 1.º Ciclo...) -----

Quanto à proposta de nome para o novo auditório, disse o Senhor Presidente que está acessível a propostas...) -----

Relativamente à EN13 em Vila Praia de Âncora, disse que o Senhor Presidente que se trata de um processo moroso, não pode prometer nada, mas, com trabalho e dedicação vão ver quais as alternativas, que impactos tem, quais os encargos e se existe financiamento público para este tipo de intervenção...) ----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Abílio Cerqueira, disse o Senhor Presidente quanto a casa/barco encostado à plataforma no Rio Coura que fez um despacho para a remoção imediata da embarcação...)

Quanto à avaliação dos funcionários disse que ainda estão a regularizar todas as avaliações, estão atrasadas...)

Relativamente às acessibilidades disse o Senhor Presidente que discorda com aquilo que ali disse o Senhor Deputado sobre a reabilitação do Centro histórico de Caminha é o oposto daquilo que ali relatou, porque desde a denominada Rua dos Pescadores até à Capitania de Caminha, consegue-se circular de forma plana, sem entraves de passeios. E, o feedback que a Câmara Municipal teve das pessoas que visitaram Caminha foi pelas condições de segurança pedonal e de facilidade para as pessoas de mobilidade reduzida que foram criadas na Vila de Caminha...) -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Jorge Nande, disse o Senhor Presidente que os subsídios atribuídos às Associações/Instituições são valores aprovados em sede de reunião de Câmara, são públicos...) -----

Quanto ao Plano Municipal de Emergência, disse o Senhor Presidente que está numa fase final, e logo que esteja em condições entrará em vigor...) (áudio **12.38 e 25.12 minutos da 2.ª gravação**). -----



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, solicitou um pedido de esclarecimento, e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara o seguinte;

Se confirma ou não que a dívida à Luságua em 21/06/2022 era de 1 milhão 164 mil euros e em 20/09/2022 de 1 milhão 346 mil euros, pergunta se havia faturas por lançar...) -----

Se a dívida à Valorminho aumentou de 52 para 72 mil euros nos últimos três meses...) -----

Se a dívida referente à conta 203 em 21/06/2022 não existia e em 20/09/2022 aparecem valores a 120 dias, pergunta, porque existe esta dívida...) -----

Se confirma que a dívida à ADSE baixou em 65 mil euros, e se corresponde a três prestações do Plano Prestacional que estão a fazer no âmbito da ação executiva...) -----

Se está disponível a fornecer com as contas os mapas de pagamentos...) **(áudio 25.49 e 29.05 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, solicitou um pedido de esclarecimento, e disse que quando colocou a questão à Senhora Vereadora Liliana Ribeiro, julgou que o Senhor Presidente lhe daria a palavra...) -----

Levantou questão da segurança da ecovia da marginal, na falta de sinalização para pessoas com mobilidade reduzida, se os ciclistas podem ou não usar essa via pedonal...) -----

Quanto à obra do Terreiro de Caminha, a falta de sinalização nas passadeiras de peões para cegos e os delimitadores da via para automóveis que, apesar destes cumprirem o seu objetivo quanto aos automóveis, são perigosos para os peões...) **(áudio 30.08 e 33.05 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, solicitou um pedido de esclarecimento ao abrigo do art.º 28 do Regimento e logo de seguida faz um voto de protesto, onde diz que lamento que o Senhor Presidente da Mesa, quando interpelado





## Assembleia Municipal de Caminha

para explicar, porque motivo aplica um tempo de uso de palavra ao art.º 28 do Regimento...) -----

Lembra o Senhor Presidente da Mesa que foi eleito pelo Partido Socialista, que tanto defende a ética republicana, pelo que, deve parecer ser sério. (áudio 33.36 e 35.04 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, agradeceu todas as questões ali colocadas.

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Jorge Nande, são questões demasiado técnicas para responder no momento, não obstante será enviada por escrito a resposta a todas as questões ali formuladas.

Relativamente às matérias colocadas pelo Senhor Deputado Abílio Cerqueira, disse que quando ele falou em relação à questão colocada, estavam em períodos distintos, nesse momento estavam no período antes da ordem do dia, nesse período o Presidente pode delegar a resposta num colega do executivo; este momento é período das informações do Presidente, são informações concretas que o Presidente presta.

Relativamente à questão das acessibilidades, disse que a obra inicial da Rua de São João e Praça Conselheiro Silva Torres não contemplava qualquer tipo de balizadores, e a verdade é que as pessoas não respeitavam aquilo que era a postura de trânsito e o estacionamento estava a ser abusivo, e esta foi a solução encontrada, mas, quando alguém pretende atravessar deve procurar uma passadeira e esta não contempla qualquer elemento arquitetónica que dificulte a passagem...) (áudio 35.24 e 38.14 minutos da 2.ª gravação). -----

### **b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 30 de junho 2022**

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 30 de junho 2022**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.





## Assembleia Municipal de Caminha

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra o Senhores Deputados: -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, fez reparos à ata, os quais serão retificados...) (áudio 39.12 e 42.12 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa com base no n.º 1 do art.º 27 do Regimento...) -----

De seguida, fez reparos à Ata, os quais serão retificados...) (áudio 42.36 e 48.43 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez uma interpelação à mesa, e disse que tendo em conta que a Ata não está de acordo com todos, propõe em nome da bancada da coligação "O Concelho em Primeiro", que a Ata seja retirada para que seja corrigida e colocada a votação depois. (áudio 49.45 e 51.01 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, aceitou e retirou a Ata. (áudio 51.03 e 51.08 minutos da 2.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário, com as devidas correções.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 21 votos a favor, 07 votos contra e 05 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

**c) – Aprovação do Novo Regimento da Assembleia Municipal de Caminha**



## Assembleia Municipal de Caminha

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Aprovação do Novo Regimento da Assembleia Municipal de Caminha”**, conforme documento anexo, apresentado pelo grupo de trabalho criado para elaborar o Regimento da Assembleia Municipal de Caminha, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, retirou este ponto da ordem de trabalhos.

### d) – Concurso Público para Reabilitação da Rede Hidrográfica do Troço Terminal do Rio Coura

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de julho de dois mil e vinte e dois, relativa ao **“Concurso Público para Reabilitação da Rede Hidrográfica do Troço Terminal do Rio Coura”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos dos n.º1 e 6 do art.º22 do Decreto-lei 197/1999 de 08 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a assunção de compromissos relativos a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, e tendo em conta que o prazo do contrato será de 15 meses, não renovável, o compromisso em causa tem carácter plurianual sendo provável existir um montante de despesa superior a €99.759,58 no ano 2023 **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize o **“Concurso Público para Reabilitação da Rede Hidrográfica do Troço Terminal do Rio Coura”**.

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra o Senhores Deputados: -----



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado João Domingues**, cumprimentou em nome do Senhor Presidente da Mesa todos os presentes, e disse que este projeto consiste na criação de um trilho de natureza entre Caminha e Vilar de Mouros e assenta em 3 vetores chave ao nível da intervenção e metas. Um prende-se com a abertura e ligação de trilhos já existentes e colocação de sinalética. Outro passa por uma solução de engenharia ambiental que resolva problemas de erosão e combate a espécies invasoras e um último, assenta na monitorização das águas antes, durante e depois da execução da obra, quer ao nível dos caudais quer em termos de qualidade das mesmas.

Este projeto foi trabalhado pela Polis em conjunto com a Associação Portuguesa do Ambiente e na fase de execução, passa a Câmara Municipal de Caminha. Esta obra custará cerca de €700.000,00 ao Município, a que acrescerá um financiamento comunitário (aqui através da APA) de cerca de €1.500.000,00. Logo, esta é uma excelente iniciativa, este é um projeto verde que valoriza Caminha e o meio ambiente...) (áudio 53.10 e 56.26 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que se trata de um bom projeto, no entanto, deve haver mais cuidado nas informações, porque existe um erro de redação que tem que ser retificado, onde refere que " ...que o valor contratual ultrapassa os limites comunitários (> € 5.382.000,00)...", deve ler-se " que o valor contratual não ultrapassa os limites comunitários (< € 5.382.000,00)...", este erro parece simples, mas, serve para que um qualquer perdedor do concurso venha pegar com isso, levando a prejuízos e atrasos...) (áudio 56.56 e 1.00.03 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que da informação fornecida para votar a abertura de um concurso, devia ser enviada a todos os membros da Assembleia Municipal o projeto da obra, para que todos tivessem conhecimento do tipo de obra que ali se vai realizar, logo, vai optar pela



## Assembleia Municipal de Caminha

abstenção na votação por falta dessa informação...) (áudio 1.00.17 e 1.03.32 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que a CDU acompanhou o processo através da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, mas, na qualidade de eleitos municipais o projeto devia ter acompanhado esta proposta...) -----

Disse que esta obra é necessária e urgente, a qual passa pela limpeza e valorização das margens do Rio Coura...) -----

Disse ainda que existem dúvidas na questão da valorização turística e do aproveitamento como ciclovia, pode conflitar com atividades agrícolas que estão naquela zona...) -----

Disse que a obra deve avançar até por questões ambientais e a CDU acompanha a proposta, mas, existe ali um dado novo que pode inviabilizar a proposta, e devem ser todos esclarecidos antes da sua votação...) (áudio 1.03.51 e 1.08.38 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que no conteúdo da informação que ali foi prestada consta um lapso de escrita na informação técnica que foi proferida, mas, quando se lê o documento na integra observa que se trata de um lapso de escrita com a falta da palavra “não” e pelo valor que não ultrapassa os 5.382.000,00, e não será impeditiva a votação da proposta por causa dessa gralha...) -----

Relativamente às críticas apontadas disse o Senhor Presidente como ali disse e bem o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, o concurso encontra-se em fases distintas. No entanto, presta ali alguns esclarecimentos adicionais, apesar do Senhor Deputado João Domingues já o ter feito. E, disse que este projeto apesar de já ter sido apresentado em reunião de Câmara pública por uma das técnicas que está a trabalhar neste dossier, em traços gerais estão a



## Assembleia Municipal de Caminha

falar de uma intervenção nas margens do Rio Couro, que estão muito degradadas e em risco de se perderem, como a fauna e a flora daquela zona...) -----

Disse ainda que se trata de um projeto que decorreu da Polis Litoral Norte, a Câmara Municipal fez um trabalho de proximidade com a Associação de Caçadores e com as Juntas de Freguesia onde este traçado irá passar com a finalidade de explicar a forma como a obra irá decorrer para que todos possam disfrutar e usufruir...) -----

Disse por fim que a proposta que ali está a ser apresentada não se refere ao projeto, mas, sim ao concurso de abertura e pede a todos que a votem favoravelmente, sob pena de se vir a perder o financiamento de 1 milhão e 500 mil euros...) (**áudio 1.08.46 e 1.15.49 minutos da 2.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, e disse que a proposta está na Assembleia Municipal para ser discutida e julga que ali a podem corrigir ao integrar a palavra “não”, porque como todos sabem foi um lapso de escrita, mas, se algum concorrente quiser impugnar o concurso por causa disso também o pode fazer.

Pergunta ao Senhor Presidente da Câmara se aprovação desta proposta, no estado em que as contas do Município estão e com os atrasos de pagamentos que se tem neste momento, não viola a Lei 8/2012 nomeadamente nos seus artigos 8.º e 12.º, ou seja, se não vai provocar este investimento de 700 mil euros com os cofres do Município, maiores atrasos com os fornecedores...) (**áudio 1.16.66 e 1.18.16 minutos da 2.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse ao Senhor Presidente da Câmara que se dirigiu a todos os Senhores Deputados que intervieram neste ponto com a exceção dele, no entanto, aquilo que ele ali disse foi da máxima importância, sobre o que vai ser o projeto/obra que irá decorrer naquela zona.



## Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda o Senhor Deputado que o Senhor Presidente ouviu a Associação de Caçadores, mas, não ouviu a maior associação ambientalista que existe no Concelho ...) (áudio 1.18.32 e 1.20.29 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta ao Senhor Deputado Abílio Cerqueira disse que se não se dirigiu a ele, foi sem intenção, no entanto, julga que acabou por responder às questões colocadas através das respostas dadas aos Senhores Deputados. Disse que o Senhor Deputado volta a falar que ninguém conhece o processo, no entanto, o processo foi apresentado e tornado público em reunião de Câmara, com os esclarecimentos de uma técnica de urbanismo e obras públicas para que não ficassem dúvidas. Quanto às audições ambientais disse o Senhor Presidente que não o fizeram, porque como foi um processo herdado da Agência Portuguesa do Ambiente a Câmara Municipal tomou como bom, que todas as questões levantadas pelo ambiente tenham sido dirimidas e postas em cima da mesa...) -----

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Jorge Nande, disse o Senhor Presidente que aquilo que ali estão a assumir também é uma dívida, mas, também não iria ali se a Câmara Municipal não pudesse ocorrer a este compromisso. E, disse ainda que o Senhor Presidente da Câmara Municipal é sempre responsável pelas propostas que apresenta à Câmara Municipal e Assembleia Municipal, e como bem sabe, nos termos legais os Senhores Deputados não têm responsabilidade às deliberações quer aí tomam. (áudio 1.20.40 e 1.23.12 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que vai ali prestar um esclarecimento à Câmara Municipal de Caminha, o qual vai na linha da intervenção do Senhor Deputado Abílio Cerqueira, pois, tinha-se resolvido o problema se tivesse havido uma reunião com o Conselho Sinérgico Municipal, no qual também tem acento o movimento ambientalista de defesa do ambiente...) (áudio 1.23.27 e 1.23.57 minutos da 2.ª gravação). -----





## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que houve ali uma questão levantada pelo Senhor Deputado Jorge Nande, relativamente à incorporação da palavra “não” no texto da informação, pergunta se o executivo e os membros desta Assembleia Municipal não veem inconveniente na incorporação desta palavra. Senão, de outro modo terão que seguir com o documento, o qual deixa à consideração da Assembleia. **(áudio 1.24.10 e 1.24.43 minutos da 2.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que salvo outro entendimento julga correto que fique em ata que, a proposta que ali vão votar é de acordo com a Câmara Municipal, uma vez que estão todos presentes, que integre na redação a palavra “não”, o qual passa a ter a seguinte redação: Onde se lê “ *...que o valor contratual ultrapassa os limites comunitários (> € 5.382.000,00)...*”, deve ler-se “ *que o valor contratual não ultrapassa os limites comunitários (< € 5.382.000,00)...*” **(áudio 1.25.25 e 1.25.56 minutos da 2.ª gravação)**. -----

A **Senhora Vereadora Liliana Silva**, pediu a palavra e saudou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que não veem que haja algum problema, no entanto, solicita que o documento vá a reunião de Câmara para ratificar a retificação que ali é acordada, uma vez que eles ali não tem qualquer tipo de votação. **(áudio 1.25.25 e 1.25.56 minutos da 2.ª gravação)**. -

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 0 votos contra e 09 abstenções.



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez declaração de voto, e disse que;  
Os eleitos da coligação “O Concelho em Primeiro”, votaram a favor desta proposta retificada, por considerarem que é importante para o Concelho; por considerarem que é importante o financiamento. Mas, em termos de responsabilidade financeira, porque tomaram por boa a informação que o Senhor Presidente da Câmara ali expressou, dizendo claramente que a adjudicação deste contrato não prejudicava as regras da Lei dos Compromissos plurianuais, como os eleitos da coligação não poderão aceder a essa informação no decurso desta Assembleia, por falta de tempo, fizeram fé das boas palavras do Senhor Presidente da Câmara, querendo com isto dizer, que se por ventura a referida Lei estiver a ser violada, eles aprovaram a proposta com a informação dada pelo Senhor Presidente da Câmara. (áudio 1.31.18 e 1.32.27 minutos da 2.ª gravação). -----  
-----

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**e) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora no Âmbito da Educação - Transportes Escolares**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de setembro de dois mil e vinte e dois, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora no Âmbito da Educação - Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



## Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Âncora, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **f) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem no Âmbito da Educação - Transportes Escolares**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de setembro de dois mil e vinte e dois, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem no Âmbito da Educação - Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k), do n.º 1, do art.º 25, da lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas



## Assembleia Municipal de Caminha

de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **g) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém no Âmbito da Educação - Transportes Escolares**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de setembro de dois mil e vinte e dois, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém no Âmbito da Educação - Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de



## Assembleia Municipal de Caminha

Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **h) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo no Âmbito da Educação - Transportes Escolares**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de setembro de dois mil e vinte e dois, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo no Âmbito da Educação - Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo, relativo a Transportes Escolares.





## Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**i) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora no Âmbito da Educação - Transportes Escolares**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de setembro de dois mil e vinte e dois, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora no Âmbito da Educação - Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora, relativo a Transportes Escolares.





## Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 01 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**j) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo no Âmbito da Educação - Transportes Escolares**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de setembro de dois mil e vinte e dois, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo no Âmbito da Educação - Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



## Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**k) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesias de Vilar de Mouros no Âmbito da Educação - Transportes Escolares**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de setembro de dois mil e vinte e dois, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesias de Vilar de Mouros no Âmbito da Educação - Transportes Escolares**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



## Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **I) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo para Organização das Atividades de Animação e Apoio à Família**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de setembro de dois mil e vinte e dois, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo para Organização das Atividades de Animação e Apoio à Família**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo, relativo à Atividade de Animação e Apoio à Família.

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que este contrato com a União de Freguesias de Moledo e Cristelo atribui à Junta de Freguesia dois deveres essenciais, ou seja, o dever de garantir o prolongamento dos horários,



## Assembleia Municipal de Caminha

garantindo os recursos humanos adequados; e o dever de garantir os materiais de apetrechamento das instalações do mesmo...) -----

Assim, o Bloco de Esquerda considera que tais verbas mensais são excessivas para o fim indicado no contrato...) -----

Neste pressuposto, sem dispor de mais informação, não pode votar favoravelmente este contrato. (áudio 1.36.19 e 1.38.47 minutos da 2.ª gravação).

**A Tesoureira da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, Maria Goreti Verde**, cumprimentos todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e, em resposta ao Senhor Deputado disse que o Jardim de Infância de Moledo tem 50 crianças que lecionam desde as 7.30horas até às 19.00horas, sendo que, até às 17.30horas é considerado ensino público obrigatório. Logo, após esse período ficam 4 funcionarias a supervisionar aqueles alunos, cujo os pais tem necessidade desse apoio, desde que justificado. Disse ainda, que o Jardim de Infância ainda tem mais 2 funcionários no apoio ao transporte escolar, o que perfaz 6 funcionarias, logo, o valor atribuído não é exagerado...) (áudio 1.39.55 e 1.41.21 minutos da 2.ª gravação) -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, fez declaração de voto agradeceu o esclarecimento da Senhora Tesoureira a Junta de Freguesia e disse que o voto não é dirigido contra a ação da Junta de Freguesia de Moledo e Cristelo, longe disso, é apenas contra a redação do contrato, que é demasiado vaga.



## Assembleia Municipal de Caminha

Disse que a questão que colocou era para saber se os 3 mil euros era todo canalizado para esse tipo de apoio ao Jardim de Infância, daí a sua abstenção. (áudio 1.42.36 e 1.43.37 minutos da 2.<sup>a</sup> gravação) -----

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**m) – Aditamento ao Anexo I do Contrato de Cedência de Utilização de Infraestruturas Celebrado entre Município de Caminha e a A.D.A.M.- Águas do Alto Minho, S.A. – Rede Saneamento de Vilar de Mouros**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e um de setembro de dois mil e vinte e dois, relativa ao “**Aditamento ao Anexo I do Contrato de Cedência de Utilização de Infraestruturas Celebrado entre Município de Caminha e a A.D.A.M.- Águas do Alto Minho, S.A. – Rede Saneamento de Vilar de Mouros**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea i), do n.º1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, autorizar a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Aditamento ao Anexo I do Contrato de Cedência de Utilização de Infraestruturas Celebrado entre Município de Caminha e a A.D.A.M.- Águas do Alto Minho, S.A. – Rede Saneamento de Vilar de Mouros”.





## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, disse que quando se fala em infraestruturas de água e de saneamento é como se falassem de uma grande parte da sua vida...) -----

Disse que as infraestruturas que estão colocadas no subsolo do Concelho, não foram pagas do bolso dos Presidentes que passaram pela Câmara, essas infraestruturas foram pagas pelos contribuintes deste Concelho...)-----

Disse ainda que o Presidente demissionário entregou esse património, avaliado em muitos milhões de euros, à ADAM sem qualquer contrapartida para o Concelho... Está a falar numa dívida, neste momento, com os juros incluídos, à volta de 9,5 milhões de euros. -----

Disse que o mais caricato é que a Câmara Municipal de Caminha continua, e neste aspeto muito bem, a fazer prolongamentos dessas redes que, sublinha, são de extrema importância para melhorar a qualidade de vida de todos os munícipes e para proteção do nosso meio ambiente, como é o caso da rede de saneamento de Vilar de Mouros. -----

Disse que esta nova infraestrutura em baixa, com várias estações elevatórias incorporadas e as respetivas condutas elevatórias, custou perto de 800 mil euros, 85% com fundos comunitários e os restantes suportados pela Câmara Municipal...) -----

Disse que não entende como é que a Câmara cede todas as infraestruturas, contendo milhares de quilómetros de redes em perfeitas condições, e continua a fazê-lo sem pedir qualquer contrapartida, seja para as freguesias ou para alguma instituição ou coletividade dessas freguesias, à empresa que vai explorar essas redes sem terem pago um cêntimo e que lucrará milhões durante muitos anos. Como por exemplo, sobre a empresa poder oferecer, neste caso em concreto à Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, em troca das infraestruturas, uma carrinha, um trator ou qualquer outro meio que a Junta de Freguesia possa estar a necessitar. -----

Termina a dizer que o ex. Presidente da Câmara Municipal Valdemar Patrício, infelizmente já falecido, quando as infraestruturas de saneamento e água em





## Assembleia Municipal de Caminha

alta passaram para as mãos da empresa Águas do Minho e Lima, não as cedeu de borla, foram negociadas, ou seja, vendidas e a Câmara nessa altura recebeu muitas centenas de milhares de euros por elas. (áudio 1.44.50 e 1.48.13 minutos da 2.ª gravação) -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, por quanto tempo vai o Município de Caminha continuar a construir redes de água e saneamento, que tem de ser ligadas, como é obvio, mas, são dadas à exploração da ADAM sem contrapartida nenhuma, a não ser pela sua manutenção, sendo certo, que uma obra nova tem garantia de 5 anos e sem impor de alguma forma à ADAM algumas contrapartidas...) (áudio 1.48.29 e 1.51.22 minutos da 2.ª gravação) -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, pergunta ao plenário se concordam com a continuação da sessão da Assembleia Municipal, uma vez que se atingiu as 5 horas de duração, os quais votaram por unanimidade a favor da sua continuação.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que a discussão em torno da ADAM já dura há demasiado tempo...) -----

Disse ainda que se perdeu a oportunidade de denunciar o contrato, quando entrou em funcionamento a ADAM ao não cumprir com as suas obrigações, e nesse momento não havia indemnizações, mas, todos aqueles que tanto fizeram para que se aderir à ADAM consideraram que era justo se acabar com qualquer tipo de serviço municipalizado de água...) -----

Disse que a CDU nunca defendeu essa posição, aliás, disse que se ficaria refém, e pergunta, se fosse ali chumbada a proposta, o que vai acontecer? A resposta é, que se tem uma obra realizada que está parada, isto não é estar refém! Mas, quem nos colocou nesta situação foi o Partido Socialista, porque foi ali aprovado, quando houve a possibilidade de o negar...) -----



## Assembleia Municipal de Caminha

*Handwritten signature in blue ink.*

Disse ainda que se deu aquilo que era do Município, como por exemplo, agora foi reaproveitado um troço de uma rede que tinha sido construído provisoriamente pela Junta de Freguesia de Vilar de Mouros e vai para a ADAM, e vai para uma empresa que em 2022 cancela as tarifas sociais para consumidores domésticos, e o mais grave é que não existe a hipótese de não entregar, não há alternativa se se quer servir a população, e tem que se votar favoravelmente, para que a população de Vilar de Mouros não fique sem o serviço...) (áudio 1.52.08 e 1.58.10 minutos da 2.ª gravação) -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, referiu ali que esteve sozinho nesta luta, porque o Bloco de Esquerda não tinha representação nesse momento...) -----

Disse ainda que perante esta realidade, é inevitável que a rede de saneamento não seja entregue à ADAM sob pena de prejudicar uma parte significativa de moradores de Vilar de Mouros que por ela vão ser servidos, pelo que, o Bloco de Esquerda vota favoravelmente...) (áudio 1.58.22 e 1.59.01 minutos da 2.ª gravação) -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez um pedido de esclarecimento ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro e pediu que o esclarecesse se esteve sozinho naquela Assembleia Municipal de 2018? Ou, esteve acompanhado no voto contra com mais alguma força política?... (áudio 1.59.28 e 1.59.50 minutos da 2.ª gravação) -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, em resposta ao Senhor Deputado disse que a CDU sempre manteve esta posição e outros acompanharam a votação, mas, no Alto Minho a CDU foi a única força política que em todos os Concelhos manteve a sua coerência, já o PSD na altura não manteve a mesma coerência em todos os Concelhos...) (áudio 2.00.04 e 2.00.34 minutos da 2.ª gravação) -----



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que vai dirigir umas palavras a todos aqueles Vilarmourenses que o estão a ouvir, que devem estar a refletir sobre o mal que lhes está a acontecer. Mas, aquilo que ali se está a debater é para colocar em funcionamento a rede saneamento na sua Freguesia, coisa que não existia, porque, os dois sistemas que existiam eram precários, feitos pelas Junta de Freguesia. Disse o Senhor Presidente que foi a tribunal com o Senhor Presidente da Junta por causa das fossas existentes, porque derramavam para a via pública, causavam insalubridade, mas, finalmente a Câmara Municipal conseguiu executar uma rede de saneamento na Freguesia, o que deve ser louvável, e ainda as repavimentações que foram realizadas a reboque do saneamento. Disse ainda o Senhor Presidente que lamenta que esta obra só agora tenha sido executada, porque já passaram muitos invernos e festivais e nunca teve o serviço disponível e agora felizmente vai poder contar com esse serviço disponível, ora, todos se devem congratular, porque, aquilo que se quer promover no Concelho e em particular em Vilar de Mouros que tem características únicas no que diz respeito à sua fauna e biodiversidade.

Disse ainda o Senhor Presidente que não sabia que o Senhor Presidente de Vilar Praia de Âncora estava mandatado por Vilar de Mouros para exigir carrinhas, tratores, não obstante, para Vilar de Mouros será um dia feliz quando este equipamento estiver a funcionar, pelo que apela à votação. **(áudio 2.00.48 e 2.04.10 minutos da 2.ª gravação)** -----

O **Senhor Presidente de Vilar Praia de Âncora, Carlos Castro**, fez um pedido de esclarecimento e disse ao Senhor Presidente da Câmara que ninguém esteve contra as infraestruturas, aliás, acha uma mais valia, no entanto, considera que é um roubo que fazem aos munícipes ao entregar estas infraestruturas à empresa ADAM, que lucra milhões com estas infraestruturas, a qual devia fazer algum tipo de compensação/benefício às Juntas de



## Assembleia Municipal de Caminha

Freguesia ou à Câmara Municipal...) (áudio 2.04.22 e 2.06.06 minutos da 2.<sup>a</sup> gravação) -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, disse que não entendeu a pergunta que lhe foi formulada...) (áudio 2.06.15 e 2.06.19 minutos da 2.<sup>a</sup> gravação) -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **n) – Regulamento Municipal do Serviço de Psicologia do Município de Caminha**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e um de dois mil e vinte e dois, relativa ao “**Regulamento Municipal do Serviço de Psicologia do Município de Caminha**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo



## Assembleia Municipal de Caminha

aprove o “Regulamento Municipal do Serviço de Psicologia do Município de Caminha”.

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse que este regulamento tem um princípio de clareza e proximidade, o que demonstra uma melhora continua na sociedade, tendo em conta o contexto que se tem vivido nos últimos 2 anos, não só provocado pelo Covid, ou nos últimos meses com a situação de guerra, que está a ter impactos diretos ou indiretos na sociedade, sejam impactos económicos ou de ordem social.

Disse ainda que a psicologia é uma das áreas científicas que tem assumido uma enorme importância em eventos de emergência, desastres, calamidades e catástrofes, hoje em dia todos sabem que esta área científica é fundamental para a manutenção da saúde mental e do bem-estar de população, a aprovação deste regulamento é uma demonstração de que se está preparado para responder à população mais vulnerável e também às situações de risco e incerteza que temos vivido.

Disse que este regulamento é clarificador quanto ao funcionamento na promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população, na adoção de estilos de vida saudáveis, na inclusão social e na redução das desigualdades, através de intervenção individual ou familiar...)

Disse também que este executivo municipal no ano letivo transato colocou uma psicóloga a tempo inteiro no agrupamento de escolas do Concelho de Caminha, é sem dúvida um investimento no bem-estar de todas as crianças e jovens.

Logo, a criação de um Serviço de Psicologia que responde às necessidades locais com uma ação concertada com todos os agentes de intervenção social, realça as políticas de proximidade na resposta às necessidades da população do Concelho de Caminha...) (áudio 2.07.54 e 2.11.19 minutos da 2.ª gravação) --



## Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 00H20M, do dia 01 de outubro de 2022, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa e por mim, Anabela Maria Fernandes da Cruz Pereira Monteiro, funcionária de apoio à Assembleia Municipal, que a lavrei.

O Presidente

(Manuel Luis Pires Martins)

O Primeiro Secretário

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária

(Sónia Lajoso)

A Funcionária,

(Anabela Pereira Monteiro)